

Porto Covo no século XIX (II)

Porto Covo, em 1840, já era a povoação mais importante do termo de Sines, senão a única, além da vila de Sines. De facto, a aldeia de Porto Covo concentrava mais habitantes num perímetro mais ou menos delimitado que os outros lugares do termo, caracterizados pelo povoamento disperso. Assim, a Ribeira dos Moinhos (24 fogos), a Provença/ e as Quintas (34 fogos), e o Vale da Roca (36 fogos) eram lugares menos importantes do ponto de vista demográfico. Em 1863 a situação reforça-se, já que neste recenseamento só a Cabeça da Cabra (20 fogos), além de Porto Covo (54 fogos), apresentam uma população superior a dez fogos.

É interessante notar que, em 1940, o número de fogos em Porto Covo era de cinquenta e cinco fogos, com 246 habitantes, um número não muito distante daquele registado cem anos antes.

Não obstante estes factos, em 1829 a Câmara Municipal de Sines nomeou um juiz de vintena para a aldeia de Porto Covo, visto o lugar de Porto Covo “ter presente mais de vinte vizinhos (1)”. A nomeação de vintena pode ter feito parte das tentativas de dinamização e de povoamento da aldeia.

O juiz de vintena era uma das figuras das pequenas povoações durante a Época Moderna. Apesar das revoluções liberais e da Constituição de 1822, a vida municipal continuava a reger-se pela Ordenações Filipinas, corpo legislativo publicado em 1603. De facto, só com os códigos liberais, publicados a partir da década de trinta, é que o edifício legislativo da Época Moderna começou a ser desmontado.

Nas Ordenações, Livro I, título 65, regula-se a nomeação dos juizes das vintenas. Os vereadores, os juizes e o procurador de um concelho podiam nomear um juiz da vintena sempre que uma povoação tivesse mais de vinte vizinhos. Era nomeado anualmente e fazia o seu juramento “em Camera”, com as competências de conhecer as contendas entre os moradores, verbalmente, até 100 reis. À medida que o número de vizinhos aumentava, aumentava também o montante das contendas que podiam ser conhecidas pelos juizes de vintena. Conheciam ainda os feitos respeitantes à infracção das posturas e danos que viessem a ocorrer entre os moradores. Estavam-lhes interditas as sentenças sobre bens de raiz e sobre qualquer feito crime.

Os juizes vintaneiros resolviam assim, verbalmente, as contendas entre vizinhos, e não estava previsto nas Ordenações que as contendas dessem origem a processos. No entanto, quando, a 17 de Junho de 1829 foi nomeado Modesto José Parrado, morador na Herdade do Burrinho (Porto Covo), como juiz de vintena, os vereadores da câmara de Sines nomearam também um escrivão, Bento José Pereira, morador no Porto Covo. Sinais da incursão da escrita nos quotidianos enquanto agente da formalização e memória dos actos, significa também que havia já agentes da escrita suficientes no concelho de Sines (mesmo no seu termo) suficientes para se criar o cargo de escrivão do juiz da vintena, o único do concelho.

Na primeira metade do século XIX a povoação era ainda pouco atractiva. Em 1849 Francisco Luiz Lopes descreve o Porto Covo (2) como um “logarejo”, com apenas vinte vizinhos. No entanto, em 1840, com os seus arredores, Porto Covo contabilizava 50 fogos. Servia de “rendez-vous dos banhistas”. O padre Macedo e Silva (3), na edição de 1869 dos seus *Annaes do Municipio*, de 1869, publica os dados relativos ao Porto Covo no recenseamento de 1863. Nesse ano Porto Covo já teria 54 fogos e um total de 192 habitantes. Em 1888 Pinho Leal (4) apresenta o mesmo número de fogos, mas é possível que não tenha actualizado o número publicado por Francisco Luís Lopes. Pinho Leal já se refere à “capella de Porto-Covo”.

Porto Covo, em 1840, já era a povoação mais importante do termo de Sines, senão a única, além da vila de Sines. De facto, a aldeia de Porto Covo concentrava mais habitantes num perímetro mais ou menos delimitado que os outros lugares do termo, caracterizados pelo povoamento disperso. Assim, a Ribeira dos Moinhos (24 fogos), a Provença/ e as Quintas (34 fogos), e o Vale da Roca (36 fogos) eram lugares menos importantes do ponto de vista demográfico. Em 1863 a situação reforça-se, já que neste recenseamento só a Cabeça da Cabra (20 fogos), além de Porto Covo (54 fogos), apresentam uma população superior a dez fogos.

Uma fonte tão simples como uma acta de vereação pode ser explorada de várias formas. Através da nomeação de um juiz de vintena em Porto Covo foi possível reflectir acerca do nascimento e evolução da aldeia do Porto Covo e até aprender mais sobre o quadro administrativo e judicial português nas primeiras décadas do século XIX.

Sandra Patrício

(1) CMSNS/Actas das reuniões/1828-1834/fls 22v-24.

(2) LOPES, Francisco Luís - Breve Notícia de Sines, pátria de Vasco da Gama. Com introdução de João Madeira. 2ª edição. Sines: Câmara Municipal de Sines, 1985, p.37.

(3) SILVA, António de Macedo e Silva – Annaes do Município de Sant'Iago de Cacem. 2ª edição. Lisboa: Imprensa Nacional, 1869.

(4) LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho – Portugal Antigo e Moderno: Diccionario geographico, estatístico, corographico, heráldico, archeologico, histórico, biographico e etymologico de toddas as cidades, villas e freguezias de Portugal. Volume IX. Lisboa: Livraria Mattos Moreira, 1888, p.392.